

“EU ME COLOCO COMO AMBIENTALISTA ANTIRRACISTA”: ENTREVISTA COM ANA SANCHES SOBRE ATIVISMO NEGRO, RACISMO AMBIENTAL E A REINVENÇÃO DA LUTA POR JUSTIÇA CLIMÁTICA NO BRASIL

“ME CONSIDERO UNA AMBIENTALISTA ANTIRRACISTA”: ENTREVISTA CON ANA SANCHES SOBRE EL ACTIVISMO NEGRO, EL RACISMO AMBIENTAL Y LA REINVENCIÓN DE LA LUCHA POR LA JUSTICIA CLIMÁTICA EN BRASIL

“I CONSIDER MYSELF AN ANTI-RACIST ENVIRONMENTALIST”: INTERVIEW WITH ANA SANCHES ON BLACK ACTIVISM, ENVIRONMENTAL RACISM, AND THE REINVENTION OF THE FIGHT FOR CLIMATE JUSTICE IN BRAZIL



Pedro Henrique Campello TORRES¹
e-mail: ph.torres@unesp.br



Gabriel Pires de ARAÚJO²
e-mail: gabrielaraujoga@gmail.com



Isabela Carmo CAVACO³
e-mail: ph.torres@unesp.br

Como referenciar este artigo:

TORRES, Pedro Henrique Campello; ARAÚJO, Gabriel Pires de; CAVACO, Isabela Carmo. “Eu me coloco como ambientalista antirracista”: entrevista com Ana Sanches sobre ativismo negro, racismo ambiental e a reinvenção da luta por justiça climática no Brasil. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 25, n. esp.2, e025026, 2025. e-ISSN: 2359-2419. DOI: 10.47284/cdc.v25iesp2.20771



| Submetido em: 27/02/2025
| Revisões requeridas em: 01/10/2025
| Aprovado em: 13/10/2025
| Publicado em: 28/12/2025

Editores: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbaudy
Prof. Me. Paulo José de Carvalho Moura

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Litoral – Santos – SP – Brasil. Professor (RDIDP) da área de Ciências Ambientais no Departamento de Ciências Biológicas e Ambientais do Instituto de Biociências (UNESP), do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade de Ambientes Costeiros (PPGBAC) (UNESP), e, Professor e orientador no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PROCAM), da USP.

² Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (PROCAM – IEE/USP), São Paulo – SP – Brasil. Doutorado em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, com período sanduíche na University of Surrey (UoS – Reino Unido).

³ Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP), São Paulo – SP – Brasil. Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Ciência Ambiental (PROCAM), bacharel em Gestão Ambiental (EACH/USP) e pesquisa sobre justiça climática desde 2021.

Profa. Me. Luana Estela Di Pires
Prof. Me. Lucas Barbosa de Santana
Prof. Me. Maurício Miotti

RESUMO: A entrevista com Ana Sanches destaca a interseção entre ativismo negro, racismo ambiental e justiça climática no Brasil. Ela enfatiza que o racismo ambiental é uma expressão do racismo estrutural, manifestando-se na desproporcionalidade dos impactos ambientais e climáticos sobre populações negras, indígenas e periféricas. Ana também discute a importância de incluir vozes racializadas nos espaços de decisão e a necessidade de políticas públicas que integrem justiça climática e antirracismo. Por fim, ressalta o papel da juventude negra na reinvenção da luta ambiental e a importância do descanso como ato político de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo ambiental. Justiça climática. Ativismo negro. Interseccionalidade.

RESUMEN: La entrevista con Ana Sanches destaca la intersección entre el activismo negro, el racismo ambiental y la justicia climática en Brasil. Ella enfatiza que el racismo ambiental es una expresión del racismo estructural, que se manifiesta en la desproporcionalidad de los impactos ambientales y climáticos sobre las poblaciones negras, indígenas y periféricas. La entrevistada también discute la importancia de incluir voces racializadas en los espacios de decisión y la necesidad de políticas públicas que integren la justicia climática y el antirracismo. Por último, destaca el papel de la juventud negra en la reinención de la lucha ambiental y la importancia del descanso como acto político de resistencia.

PALABRAS CLAVE: Racismo ambiental. Justicia climática. Activismo negro. Interseccionalidad.

ABSTRACT: The interview with Ana Sanches highlights the intersection between black activism, environmental racism, and climate justice in Brazil. She emphasizes that environmental racism is an expression of structural racism, manifesting itself in the disproportionate environmental and climate impacts on black, indigenous, and peripheral populations. The interviewee also discusses the importance of including racialized voices in decision-making spaces and the need for public policies that integrate climate justice and anti-racism. Finally, she highlights the role of black youth in reinventing the environmental struggle and the importance of rest as a political act of resistance.

KEYWORDS: Environmental racism. Climate justice. Black activism. Intersectionality.

Introdução

Contextualização

Realizada por Pedro Henrique Campello Torres (UNESP-CLP), Gabriel Pires de Araújo (USP) e colaboração de Isabela Carmo Cavaco (USP), em 6 de março de 2025.



Apresentação do entrevistado

Ana Sanches é mulher negra, de origens periféricas e ativista no movimento negro-ambiental. Doutoranda em Mudança Social e Participação Política EACH/USP e Mestra em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP /USP. Atua como consultora em equidade no departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador Ministério da Saúde.

Primeiro, quero te agradecer por estar aqui com a gente. Para começar, queria te pedir que contasse um pouco da tua trajetória — como você chegou até aqui, articulando formação acadêmica e ativismo, porque o teu ativismo não está descolado de estudo, de

capacitação, de diálogo com teorias críticas e complexas que, muitas vezes, ainda têm pouco espaço na academia. E, ao mesmo tempo, você representa uma juventude que reivindica e precisa ocupar cada vez mais poder de fala. Então, se puder compartilhar esse percurso, acho que é um ótimo ponto de partida para a nossa conversa.

Bom, então, primeiro, obrigada, Pedro, pelo convite. É um prazer, uma honra poder participar do Dossiê especial sobre *Racismo Ambiental e Justiça Climática* que estão organizando, então, eu já estou ansiosa também para ver como é que vai ficar a edição. Eu acho que produções como essa são muito importantes em nível intelectual e também para disseminação das questões ambientais, climáticas e raciais no Brasil. Então, agradeço. E, nossa, sobre a minha trajetória, inclusive é uma coisa que eu estou escrevendo na minha tese, o primeiro capítulo; ele se torna uma parte como *escrevivência*⁴. Então, eu uso o conceito de *escrevivência* e não autoetnografia, muito pensando, inclusive, o próprio conceito antropológico da autoetnografia, colocando só como uma trajetória individual. E a *escrevivência*, ela não é uma trajetória individual: ela é uma ideia como nós, enquanto indivíduos negros, como a nossa corporeidade está incluída no contexto social de lutas, de vivências. Então, por isso que eu faço essa reverência ao conceito da Conceição Evaristo com *escrevivência*, para colocar que a minha vivência dentro da questão racial, ambiental, dentro dessa perspectiva, ela não é só minha; ela está incluída num coletivo um pouco mais profundo, sobre, enfim, sobre a história de luta e resistência de um povo. Faço isso na tese, mas também com um olhar bem filosófico, bem poético, para não ser só uma trajetória de dores, resistência, luta. Tenho feito esse esforço na escrita: exercitar essa *escrevivência* nas suas maiores complexidades possíveis.

Uma das coisas que eu comecei a escrever sobre essa minha trajetória é que a minha atuação como ativista e militante, ela começa tarde, ela começa depois que eu faço a graduação. Então, enquanto ativista, com uma certa consciência e uma denominação ali de como me mobilizar, só inicia numa fase adulta. Mas a minha experiência com as desigualdades ambientais, ela vem desde a infância. Por ter crescido em periferia, e sempre em periferias que estavam de alguma forma vinculada com a questão ambiental, mesmo que degradada, era sempre uma coisa que eu pensava: Nossa, por que que a gente não pode entrar no rio? Eu

⁴ *Escrevivência*: termo criado pela escritora Conceição Evaristo para definir uma escrita que nasce das experiências vividas por mulheres negras, de seus corpos, memórias e territórios, transformando a vivência coletiva em narrativa política. Não é apenas escrever sobre a vida, mas escrever a partir dela, como forma de resistência, denúncia e afirmação de existências silenciadas.

morava numa cidade chamada Jacareí (estado de São Paulo), onde tem o Rio Paraíba, e o rio é extremamente poluído. Inclusive, o rio era visto como um problema, porque ele era fedido e sujo. Então, são coisas assim que a gente vai olhando na nossa vivência, que o ativismo, a luta, a organização em coletivos, no meu caso, começaram bem tarde. Mas essa experiência da violência, da degradação que as periferias urbanas sofrem muito, vem desde a infância. Tenho infinitas histórias que eu estou tentando sistematizar na tese contando isso.

Por exemplo, uma das coisas que eu comecei a pesquisar, quando eu entrei nessa discussão ambiental, foi o acesso à água. E eu lembro de um professor, eu não lembro o nome dele, mas eu lembro dele falando que a gente nunca pesquisa o que pesquisa só porque pesquisa. A gente tem algum vínculo emocional que muitas vezes, de forma inconsciente, a gente não consegue acessar. E nesse tempo da tese, eu comecei a entender por que eu ia estudar o acesso à água... Para além dessa questão do rio, eu lembro de situações de privação, de, por exemplo, cortarem a água da minha casa e a gente correr para encher galão, bacia, balde, para ter como sobreviver até religar e pagar a conta. Então, esse vínculo do acesso à água e a não capacidade de pagamento, é uma realidade até hoje (não pra mim, mas para muitas pessoas).

Eu estou falando de uma coisa que aconteceu há mais de 30 anos e que ainda é realidade nos dias de hoje e, que de alguma forma inconsciente me toca muito continuar nessa agenda para falar de acesso, não só em quantidade, mas nessa ideia da qualidade e não só para o consumo, mas também para o lazer, para a vida, para a celebração, para a questão espiritual, pensando em como a gente pode celebrar dentro de um rio, por exemplo, mas a gente também pode cultivar as mais diversas espiritualidades. Na igreja evangélica, eu escrevi isso num artigo junto com uma amiga que foi a Gisele Moura, de como a água é usada para batizar as pessoas. Você é mergulhado dentro de um rio. No candomblé e na umbanda se fala: “sem folha, não tem orixá”. E as águas também são formas de você cultivar ali orixás como *Oxum*⁵, mas não só isso, a água é um item essencial para a vida em vários contextos.

Dando esse panorama, eu acho que de uma forma um pouco mais sistematizada, quando eu entro no mestrado, eu consigo ter uma melhor consciência da agenda ambiental, isso em 2014, mais ou menos, 2013, porque eu vou trabalhar num projeto na área da saúde pública, na Faculdade de Saúde Pública [da Universidade de São Paulo], ainda como aluna especial, com

⁵ Oxum é uma divindade do panteão iorubá, cultuada nas religiões afro-brasileiras como o orixá das águas doces — rios, cachoeiras, nascentes e lagos. Associada à fertilidade, ao cuidado, à beleza e ao amor, sua força está ligada ao fluxo da vida, à proteção das mulheres e à continuidade das comunidades.

o professor Leandro Giatti⁶, e aí a gente começa a entender e a discutir um problema, quando estava aquele ápice da crise hídrica no sudeste brasileiro, que foi se agravando cada vez mais.

Então, a gente conseguia discutir essas desigualdades pelas Américas, com variados povos. Mas eu lembro que, quase que no final da dissertação, eu falei para o professor Leandro, eu falei assim: “Leandro, você percebeu que a gente só entrevistou homem branco?”. E, assim, a maioria era engenheiro: ambiental... engenheiro civil... Ele falou: “nossa, é verdade...”. E aí assim, a gente entrevistava gestores que gerenciavam a crise hídrica e a água. Quase todo mundo que a gente entrevistou, da ANA, da Sabesp etc., a gente entrevistou todo mundo, e assim, eram sempre os homens brancos e não negros ali. E em paralelo também, a gente entrevistava o pessoal da Aliança pela Água. E aí quem estava nos movimentos sociais ainda achava mulheres [brancas], mas a população negra a gente não conseguia acessar, entrevistar, e eu não consegui discutir isso de uma forma adequada na minha dissertação.

Isso foi em 2016, 2017, e é quando, de fato, dentro da academia, eu começo também a me aproximar dos movimentos sociais. Eu conheço melhor o MST, os movimentos estudantis, movimentos partidários, como, por exemplo, o PSOL... Eu não lembro se a Rede Sustentabilidade ainda não estava num cenário paulistano tão forte. Então, o PSOL, ele tinha um setorial ecossocialista que discutia a perspectiva marxista e socialista num viés ambiental, pensando a preservação ambiental. Eu acho que assim, foi um lugar importante para a minha trajetória de aprendizado porque ela vai fluindo nesse caminho que ele começa na academia, me dá acesso à textos, as discussões como por exemplo da própria Rede Brasileira por Justiça Ambiental, o próprio livro do professor Henri Acseirad, *O que é Justiça Ambiental*, o professor Joan Martinez-Alier, com o *Ecologia dos Pobres*, e eu lembro que para eu chegar na palavra racismo, demorou mais.

Então, eu comecei na injustiça, na ecologia dos pobres e só depois eu consegui de fato encontrar os textos do Robert Bullard⁷, que falavam de racismo ambiental. Até os textos, por exemplo, do próprio Diosmar Filho, que falavam também da perspectiva de racismo, ainda que aqui no Sudeste, era uma coisa difícil de chegar. E quando eu encontro essa questão do racismo ambiental, eu falo: opa, pera aí, não é só desigualdade. A desigualdade ela existe, mas ela é

⁶ Professor Leandro Giatti: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/105579/leandro-luiz-giatti/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

⁷ Robert D. Bullard é considerado o pai do conceito de justiça ambiental nos Estados Unidos. Sua pesquisa revelou como comunidades negras e pobres são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais e instalações poluentes, demonstrando que as desigualdades ambientais são expressão direta do racismo institucional. Sua obra pioneira — especialmente a análise dos conflitos ambientais em Houston — consolidou a relação entre raça, território e poder nas políticas públicas.

fruto de um processo estrutural, que aí eu fui acessar, por exemplo, o *Lugar do Negro*, de Lélia Gonzalez⁸, que vai falar sobre as diferenças do que é lugar do negro e o que não é lugar do negro na sociedade. Então você vai entendendo que a questão territorial, como a Carolina Maria de Jesus⁹ também apontava, não era só uma questão de pobreza, mas sim de pessoas empobrecidas por uma estrutura racial e colonial.

Aí vai dando alguns giros, assim, dentro da minha trajetória, enquanto intelectual, que também se reivindicava como ambientalista. “Será que é só ambientalista? Será que de fato está fazendo sentido?”. Isso ainda na época do mestrado.

E quando a gente finaliza o projeto do *Bluegrass*¹⁰, foi muito importante para falar das desigualdades do acesso à água nas Américas. Mas hoje, vejo que a gente não fez um debate de raça importante que precisava ser feito. Por outro lado, como processo de aprendizagem, foi o que me possibilitou refletir, me abriu algumas portas para conseguir acessar outros debates internacionais, como, por exemplo, o próprio debate do Robert Bullard, do professor Julian Agyeman¹¹, entre outros. O Agyeman publica há muito tempo sobre planejamento urbano e racismo, e publica também com o próprio Bullard, conceituando a sustentabilidade justa. Então, acho que alguns trechos dessa trajetória... é isso.

⁸ Lélia Gonzalez (1935–1994) foi intelectual, antropóloga e ativista fundamental do pensamento negro brasileiro. Em *O Lugar do Negro* (coautoria com Carlos Hasenbalg, 1982), denunciou como o racismo estrutura a formação social do Brasil, produzindo hierarquias raciais que se manifestam nos espaços urbanos, no mercado de trabalho e nas instituições. Sua obra evidencia que o “lugar do negro” não é natural, mas resultado da distribuição desigual de poder que organiza a sociedade brasileira.

⁹ Carolina Maria de Jesus (1914–1977) foi escritora, poeta e uma das mais importantes vozes da literatura brasileira do século XX. Moradora da favela do Canindé, em São Paulo, registrou seu cotidiano marcado por fome, racismo e desigualdades sociais em diários que deram origem a *Quarto de Despejo* (1960), obra que evidenciou a face urbana da pobreza no Brasil. Sua escrita atua como denúncia e testemunho social, tornando visível a cidadania negada às populações marginalizadas.

¹⁰ Sobre o Projeto Bluegrass FAPESP, ver mais em: <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/84711/the-invention-of-blue-gold-from-grassroots-mobilizations-for-water-to-the-internationalization-of-en/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

¹¹ Mais informações do professor Julian Agyeman, ver mais em: <https://julianagyeman.com/bio/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

Muito bom, Ana. Você comentou sobre esse processo de descoberta, que faz parte da caminhada. Lembrei — e sei que você também conhece — do livro da Bianca Santana¹², *Quando me descobri negra*, em que ela narra esse reconhecimento de si, que não é simples: é fruto de vivências marcadas por barreiras e dificuldades.

Até porque é um projeto político para a gente não acessar. Então, a maioria das pessoas vão se descobrindo negras muito tarde, mas assim, os impactos do racismo, principalmente dentro da academia, é colocado de uma forma sofisticada. O racismo, ele se torna “sofisticado”. Descobrir o racismo dentro da própria atuação, e poder ter um empoderamento de dizer sobre as nossas origens é algo importante para a gente, é uma construção, como todo processo intelectual, é um processo, ele não está dado. Eu mesma quando eu vi a primeira vez questões: machismo, racismo ambiental, eu falei: “Nossa, parece estranho”, não me soava como algo bom, porque a gente é ensinado que: “ah, você fica colocando racismo em tudo, machismo em tudo...racismo recreativo... Racismo estrutural, racismo...” enfim, várias formas de racismo. Hoje em dia, para eu desenvolver um repertório que me possibilita falar de racismo ambiental¹³, é um processo fruto de muito debate, de muita leitura, de muita vivência, muito diálogo com outras pessoas. Escuta, compartilhamento... E eu tenho até críticas sobre o uso do racismo ambiental, e isso é importante também de se dizer, porque ele é um conceito, e é por isso que na tese eu decidi estudar a genealogia do racismo ambiental, porque é um conceito que está em disputa e está em construção, como tudo na vida.

Ótimo, Ana. Isso já nos leva a outra questão que preparamos: como você definiria o termo *racismo ambiental*, considerando a realidade brasileira? A gente sabe que o conceito nasce nos Estados Unidos — com Bullard e o Reverendo Chavis¹⁴ — mas aqui ele ganha outras

¹² Bianca Santana é jornalista, escritora e pesquisadora brasileira, com atuação destacada na pauta antirracista. Em *Quando me descobri negra* (2015), reúne crônicas autobiográficas que narram o processo de conscientização racial no Brasil, expondo experiências cotidianas de racismo e afirmando a identidade negra como construção política e afetiva.

¹³ Racismo ambiental é o conceito que descreve a forma como populações racializadas, pobres e marginalizadas são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais, à falta de saneamento, à poluição e aos impactos socioambientais do desenvolvimento. Essas desigualdades não são acidentais: resultam de decisões políticas e econômicas que hierarquizam territórios e vidas. O termo foi amplamente difundido por Robert D. Bullard nos Estados Unidos na década de 1980, articulando meio ambiente, raça e poder.

¹⁴ Benjamin F. Chavis Júnior é reverendo, ativista dos direitos civis e uma das lideranças precursoras do movimento de justiça ambiental nos Estados Unidos. Foi ele quem cunhou o termo racismo ambiental, em 1982, ao denunciar a localização de aterros tóxicos próximos a comunidades negras no estado da Carolina do Norte. Sua atuação estabeleceu a relação direta entre desigualdades ambientais e discriminação racial nas políticas públicas.

dimensões, incorporando diferentes grupos sociais e contextos históricos¹⁵. Então, como você tem compreendido essa noção a partir da sua pesquisa sobre a genealogia do termo no Brasil?

Isso é importante, hein, gente? Já anota aí. Acho que uma coisa muito importante para dizer que vai servir para qualquer cenário, seja nos Estados Unidos, Europa, Brasil, América Latina, é que: Racismo Ambiental é racismo. Ponto. Estamos aqui falando de uma expressão do racismo que se manifesta nas questões ambientais. Então, o racismo ambiental, ele é racismo e ele também é o que a gente pode chamar aí de um tentáculo do racismo estrutural e institucional que a gente vive... A gente não pode esquecer de forma alguma que quando eu estou falando de racismo ambiental, eu estou falando de racismo e de uma das manifestações do próprio racismo estrutural, que é o racismo institucional, ele é essa esfera que está presa nas instituições.

Quando Robert Bullard vai conceituar o racismo ambiental junto com o professor e ativista Benjamin Chaves, ele nos alerta que o racismo ambiental ele é reforçado pelas instituições: políticas, governamentais, militares, jurídicas, porque são essas instituições que protegem ou não, que vão punir ou não quem degrada, que vão, de alguma forma, restituir ou indenizar pessoas violentadas, como por exemplo no caso do Rio Doce. Isso é um ponto muito importante. a gente está falando que o racismo ambiental, ele vai ser a desproporcionalidade dos efeitos da degradação ambiental e do clima nos povos étnicos e racializados. E eu gosto de usar o termo racializado porque num contexto global, o branco não é racializado. Racializado é sempre o outro, ou seja, o negro, o indígena, o asiático... Todo mundo é o identitário, menos o branco. O branco não é identitário, não é raça, ele é o ser universal, isso é, como ele é considerado.

O Racismo Ambiental vai se manifestar também nisso que a gente estava comentando na ausência de responsabilidade da branquitude em pautar a questão racial dentro do âmbito ambiental. Não de pautar exigindo legitimidade e uma certa forma de destaque, não é sobre “eu sou especialista em racismo”, não é isso, é a ausência de comprometimento na discussão, porque dentro dessa ideia que é antirracista. As pessoas brancas têm uma grande responsabilidade e um grande papel, porque tem lugares que pessoas negras não acessam, não chegam. Então, ele se manifesta nessa ausência de comprometimento de uma branquitude

¹⁵ Sobre isso, ver: HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2008.

ambiental em discutir questões raciais, mas discutir de forma ética e comprometida, como, por exemplo, no movimento preservacionista, quando a gente olha lá as correntes do ambientalismo.

A gente tem pessoas que pensam no verde, mas descartando a vida das populações. Depois pensam no desenvolvimento econômico, mas não pensando na vida das populações. De que populações a gente está falando? A gente está falando de populações ribeirinhas, caiçaras, negras periféricas, populações brancas também periféricas, pobres de uma maneira geral e indígenas... E, por último, eu também diria que o racismo ambiental ele não só é, como ele também se manifesta em todo o *mainstream* que decide sobre política pública ambiental. Quando a gente ainda olha os governos, quem é que está decidindo? Eu continuo participando, assim, de reuniões que pensam o manejo do fogo e, quando você olha os secretários, as pessoas do IBAMA, as pessoas do Ministério do Meio Ambiente... ainda são majoritariamente pessoas brancas se esquivando de discutir a questão racial como um problema central, o que impossibilita a participação das pessoas.

O racismo ambiental, para mim, ele também se manifesta nessa ausência das pessoas racializadas, negras, indígenas principalmente, em poder discutir sobre questões que são sobre a sua própria vida, seu território. Racismo ambiental, portanto, é essa desproporcionalidade nos efeitos sentidos da degradação ambiental. Ele é essa ausência de pessoas negras, mas não só ausência, o impedimento da presença de pessoas negras, indígenas, principalmente, quilombolas, periféricas, nos espaços de poder e de decisão. As pessoas brancas estão sempre ali debatendo como que elas são as detentoras desse poder de indicação, de decisão e tudo mais, acho que é um pouco disso. É muita coisa, não é, gente?

Você já comentou um pouco sobre isso, mas vale destacar: na sua percepção, quais são hoje os efeitos das mudanças climáticas que mais atingem as populações racializadas no Brasil — especialmente a população negra, povos e populações tradicionais e a população pobre — diante do avanço dos eventos climáticos extremos?

Olha, eu coloco assim, como o top 3 que mais atingem as populações negras, principalmente as populações negras e indígenas, pensando em clima. Tem pessoas que não gostam dessa diferença até de falar de racismo climático e racismo ambiental, mas eu gosto de demarcar a diferença porque, por exemplo, a questão de Brumadinho, é mais ambiental, é passivo ambiental, é degradação, é contaminação. E elas são agravadas pelas questões do clima,

como por exemplo, se chove muito, tem mais enxurradas e você leva todo aquele passivo ambiental para o rio, para os outros lugares.

Ou seja, você está potencializando o racismo ambiental através da crise climática, o que a gente pode chamar também de racismo climático. Mas como é que a mudança do clima e os eventos climáticos extremos atingem mais as populações negras e indígenas?

Acho que uma das coisas que ainda não está tão valorizado, mas as pessoas estão começando a perceber são as ondas de calor¹⁶. As ondas de calor, apesar do sistema de saúde ainda não ter bons elementos para diagnosticar e registrar que é por conta de uma onda de calor que as pessoas estão tendo mais internações por problemas cardiovasculares e mais mortes, por exemplo, como o próprio AVC, uma parada cardíaca respiratória ou um processo de desidratação...

Apesar de o SUS ainda não conseguir estabelecer plenamente essa associação, já existem estudos relevantes, como o do Djacinto Santos, da UFRJ, que demonstram essa relação entre ondas de calor e impactos à saúde. As ondas de calor constituem uma problemática gravíssima, muitas vezes associada a períodos de seca, o que acentua diversas vulnerabilidades: intensifica queimadas — sejam acidentais ou criminosas —, prejudica o plantio e, como consequência, potencializa a fome. Essa fome não decorre apenas da redução da produção, mas também da dificuldade de acesso econômico a alimentos de qualidade.

A questão dos agrotóxicos também agrava o cenário, embora esteja mais vinculada ao ambiente de forma ampla e não especificamente ao clima. Eu diria que as ondas de calor são hoje o principal fator climático que mais afeta e mata a população negra no Brasil. Isso ocorre por múltiplas razões: menor acesso a serviços de saúde, mais dificuldade de diagnóstico, e sobretudo pela falta de infraestrutura para enfrentar temperaturas extremas. Quem pode se hidratar adequadamente, ter uma casa climatizada ou trabalhar em condições seguras durante uma onda de calor? Certamente, não são as catadoras de recicláveis, os varredores de rua, motoristas de ônibus — que só recentemente começaram a ter veículos com ar-condicionado —, e tantos outros trabalhadores urbanos expostos, especialmente aqueles em situação de informalidade. Vale lembrar que grande parte das catadoras são mulheres negras. Esse impacto não se limita às cidades: no campo, comunidades quilombolas, agricultoras e pescadoras que

¹⁶ Ondas de calor são períodos prolongados de temperaturas anormalmente elevadas para uma determinada região, acompanhados ou não de alta umidade, que excedem limites climáticos históricos e representam risco à saúde humana, aos ecossistemas e à infraestrutura urbana. Seus impactos tendem a ser mais graves em territórios com menor acesso a áreas verdes, moradia adequada e serviços públicos, afetando de forma desproporcional populações vulnerabilizadas.

dependem diretamente do plantio, da colheita e da pesca também sofrem profundamente com os efeitos das altas temperaturas e da seca. Portanto, as ondas de calor não apenas aumentam os óbitos, mas deterioram de maneira significativa a qualidade de vida das populações negras em diferentes territórios.

O número 2 para mim são os deslizamentos por conta das fortes chuvas. Eu não tenho aqui o número, mas a gente tem um registro muito alto, principalmente depois do que aconteceu no Rio Grande do Sul. Isso envolve estrutura material, então muita gente foi impactada pelas fortes chuvas e muita gente morreu, está doente ou tentando lidar com as consequências emocionais e estruturais. Os deslizamentos por conta das fortes chuvas têm um poder, uma devastação material aguda gigantesca, a gente tem mais visibilidade na mídia para falar disso, mas eu a colocaria como um segundo lugar aqui dos problemas que mais impactam. Vale lembrar que, o problema não é só chover muito, mas sim que as cidades não estão adaptadas, não estão bem estruturadas, principalmente nas periferias, e, precisa conseguir lidar, por exemplo com escoamento, a gente não tem escoamento nas cidades, porque foi tudo cimentado, os rios foram destruídos, então a gente não tem impermeabilização e escoamento, duas coisas essenciais para lidar de alguma forma com o aumento das chuvas. Não é que vai resolver, a gente está com a questão das fortes chuvas, ela não vai parar, não vai cessar, por isso a gente tem que fazer mitigação e adaptação. Como por exemplo, o caso de São Sebastião que a gente vê muita nítida naquela foto que o Alessandro Liseiro, do GEO-Panoramas, fez ali da separação das casas que estão à beira mar (Praia da Baleia) ali na Barra do Sahy e outras casas que estão na serra (pé do morro).

Quando veio a mesma chuva, algumas casas que estavam na serra, onde moram as pessoas pobres, caixaras e quilombolas, veio abaixo, as pessoas morreram, foram soterradas ali. E as pessoas que estavam vivenciando a mesma chuva não tiveram suas casas destruídas, no máximo, ali sujou com uma laminha, algumas delas pegaram o seu helicóptero, puderam sair, outras o seu carro 4x4. Então, acho que esses eventos climáticos extremos são muito importantes na vida das pessoas, só que uma de uma forma drástica e rápida e avassaladora e a outra de uma forma um pouco mais silenciosa e lenta.

E, nesse contexto, como as políticas públicas podem enfrentar a emergência climática incorporando a lente do racismo ambiental e da justiça climática, que hoje ainda não orienta as decisões? Pois não basta estar escrito em um plano para existir de fato. É preciso de práxis! Como você enxerga as possibilidades e os caminhos para isso acontecer?

As políticas públicas, dentro do sistema que se considera democrático, são uma das vias de atuação. Eu acho que o governo tem responsabilidade, e essa responsabilidade social traz para ele esse papel. É importante que a gente pense nas políticas públicas de adaptação. E para pensar a implementação da política pública, a gente precisa de um processo de comprometimento dos governos em nível interfederativo, ou seja, governo federal, estadual e municipal, na destinação de verbas. A gente está aí num momento de COP¹⁷ que está pensando fundos para a questão climática, que vai pensar uma série de acordos, como por exemplo, a implementação do Acordo de Paris¹⁸, o que vai ser destinado, isso é importante, mas também vai ser importante que os municípios e os estados priorizem essas atuações, tanto em adaptação e investir em mitigação também.

Reflorestamento, processos de reavivamento dos rios, replantio da mata ciliar, descimentar as coisas... Tem um mote muito legal na cidade de São Paulo, que sempre falava: *São Paulo é Terra indígena, São Paulo é solo preto, é Terra ribeirinha, porque eles cimentaram os rios*. Então, tem essa grande ilusão da questão urbana como se o cimento tivesse ali desde sempre, só que para ter aquele cimento, tanto no chão como nos prédios, coisas que pioram a questão climática, porque a indústria, a indústria da construção civil, eu vou chamar assim, ela é uma das mais poluidoras no contexto brasileiro.

Políticas públicas que pensem na mitigação e na adaptação, e aí pensando novas regras, por exemplo, para construção civil, novas regras de reflorestamento, reflorestamento... não sei se pode chamar assim, da mata ciliar, pensar também em habitação. Porque muitas pessoas já estão em áreas de risco, e eu acho que a política pública de habitação é uma política pública de adaptação climática, porque você coloca as pessoas em um lugar seguro. E a gente não está falando aqui de despejo, porque há uma desculpa utilizada há muito tempo, inclusive, de que você precisa tirar a pessoa daquele lugar de risco. Mas não adianta só você tirar. “Vamos ali tirar, porque esse é um lugar perigoso” não, você precisa colocar ela em um lugar seguro, lugar decidido conjuntamente com a população em situação de risco. A gente tem políticas como do

¹⁷ COP é a sigla para *Conference of the Parties* (Conferência das Partes), órgão máximo de deliberação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). As COPs reúnem anualmente representantes de governos, sociedade civil e organismos internacionais para negociar acordos e estratégias globais de enfrentamento da crise climática, como o Protocolo de Quioto (1997) e o Acordo de Paris (2015).

¹⁸ Acordo de Paris é o tratado climático internacional adotado em 2015, durante a COP 21, em que os países signatários se comprometeram a limitar o aumento da temperatura média global a bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais — buscando esforços para não ultrapassar 1,5°C. O acordo estabelece metas nacionais de redução de emissões (NDCs), adaptação, financiamento climático e justiça intergeracional como princípios orientadores da ação climática global.

MST, que precisam ser mais bem olhadas, as políticas públicas de demarcação quilombola, demarcação de terras indígenas, que também precisam ser validadas. Se você garante o acesso a uma vida digna, ao bem viver dessas pessoas em espaços seguros, você também consegue ter uma dialógica aí de preservação, de conservação, de boa relação.

Você falou da importância das políticas públicas como uma das vias de enfrentamento, mas não a única. Nesse sentido, como você percebe o diálogo entre os campos do racismo ambiental e da justiça climática — tanto na academia quanto nos movimentos sociais? Como essas articulações vêm acontecendo nessas outras frentes de atuação?

Nossa, eu não sei falar de uma forma, assim, 100%, eu posso falar aqui da minha perspectiva de acesso. As cotas raciais e sociais têm uma grande importância na disseminação das temáticas de racismo. E aí a questão de racismo ambiental e climático nos mais diversos locais, mesmo os grupos em pesquisa, por exemplo, que não estejam ainda nomeando o racismo ambiental, vocalizando este conceito, eles já estão debatendo dentro da academia a questão da violação dos direitos humanos, acesso à Terra, comida.

E eu acho que esse é um ponto importante, a gente tinha a Carolina Maria de Jesus, lá na década de 1940, que não falava racismo ambiental, mas quando ela fala que a periferia, a favela, é o quarto de despejo e o centro a sala de estar, ela está falando de uma divisão territorial em que um lugar, a gente tem esgoto a céu aberto, como ela falava, do cheiro fedido. E o outro lugar não, é bonito, é bem cuidado, é limpo. Então, eu acho que a gente já tinha pessoas falando. A gente tem dentro da academia agora, por conta das cotas raciais, principalmente, cada vez mais pessoas falando, né? E aí também vinculando o seu ativismo fora da academia com isso. Então, eu acho que aumentou bastante.

E aí eu não sei te dizer assim, o quanto ou como está o cenário, mas eu sei que hoje em dia uma pessoa da graduação já tá podendo ter aula sobre racismo ambiental, coisa que a gente não teve. Hoje em dia a gente tem professores e professoras negras, indígenas, mesmo que poucos, falando de outras epistemologias e pontuando esse racismo, dentro de sala de aula, o que possibilita uma maior sensação de pertencimento, uma sensação de mais adequação, mesmo num espaço tão hostil que é a universidade. Então acho que melhorou, que aumentou... e que a universidade, ao abrir portas para pessoas mais jovens, também faz esse processo de renovação com professores brancos, mais comprometidos com a justiça social, justiça racial, justiça de gênero, e com um aumento de professoras negras, e aí falando muito na graduação e na pós.

E isso possibilita que outras entradas aconteçam para mostrar para esse universo intelectual que intelectualidade não tem a ver com o título. E aí eu cito o Nego Bispo¹⁹. A gente fez um evento²⁰ na FFLCH [USP] com o Nego Bispo, que até hoje esse evento é vocalizado, ele é utilizado, ele é referenciado. Uma pessoa que só pisou na universidade para até falar mal dela, questionar e apontar as incoerências daquele espaço tão colonial.

A gente estar lá, eu lembro que assim... E aí fazendo um parêntese, quando eu comecei essa história de fazer pós-graduação, mestrado e doutorado, era um contexto em que as pessoas negras, mais pobres, ou que vinham de lugares assim, sei lá, litoral ou qualquer interior, elas não eram bem-vistas, então a gente um pouco se envergonhava da nossa origem. Tentava esconder ou de alguma forma se encaixar naquele padrão universitário. O Krenak²¹ fala isso: um dos lugares mais colonizadores que a gente tem é a universidade.

Isso foi mudando quando, por exemplo, eu comecei a ter aula com pessoas negras que traziam orgulho da sua origem, da sua ancestralidade, que não tentavam esconder. E aí pessoas como o próprio Nego Bispo nos relembram sobre isso. Então, se vocês não assistiram, recomendo muito que vocês assistam a conversa que a gente teve com o Nego Bispo e com o Malcom Ferdinand, e com o “Kabenguele Munanga” também.

E é importante lembrar que o Nego Bispo só foi lá porque um professor negro chamou, o professor Guilherme Moura Fagundes²², que é o meu orientador também na minha tese. Eu lembro que um evento que eu fiz sobre racismo ambiental na USP, eu chamei o Professor Dennis de Oliveira²³, o Diego Pereira, que é da AGU, hoje ele está no gabinete da Presidência e o Professor Marcelo Firpo, da Fundação Oswaldo Cruz. E aí o professor Dennis de Oliveira falou o seguinte: “Eu tenho 30 e tantos anos de USP, nunca me convidaram para pisar no IEA

¹⁹ Nêgo Bispo (Antônio Bispo do Rosário) foi um pensador, escritor e liderança quilombola do Piauí. Suas obras e atuação política denunciam as formas de colonialidade que incidem sobre territórios e populações tradicionais, defendendo a autonomia quilombola e o conhecimento contra-hegemônico produzido a partir da oralidade, da experiência comunitária e da relação com a terra. Em *Colonização, Quilombos: modos e significados* (2019), formula a distinção entre modos de “desenvolvimento” coloniais e modos de “convivência” quilombolas, tornando-se referência nos estudos de decolonialidade e luta por justiça territorial no Brasil.

²⁰ Para íntegra do evento, ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RCuzE6b83k>. Acesso em: 17 nov. 2025.

²¹ Ailton Krenak (1953–) é liderança indígena, ambientalista e escritor do povo Krenak. Sua atuação é marcada pela defesa dos territórios indígenas e pela crítica ao modelo de desenvolvimento baseado na exploração da natureza e dos corpos. Em obras como *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), propõe a reconexão com a Terra como fundamento ético e político, ressaltando que não há futuro possível sem o reconhecimento da diversidade de mundos e modos de vida.

²² Sobre o professor Guilherme Moura Fernandes, ver mais em: <https://antropologia.fflch.usp.br/node/1473>. Acesso em: 17 nov. 2025.

²³ Sobre o professor Dennis de Oliveira, ver mais em: <https://www.dennisoliveira.info>. Acesso em: 17 nov. 2025.

(Instituto de Estudos Avançados da USP). É a primeira vez que eu piso no IEA. Estamos falando de um professor negro doutor, professor da USP.

Então, a gente vai vendo que aquela ideia de as pessoas negras irem abrindo portas, mas também junto com pessoas antirracistas de outras etnias, é muito importante para que a gente consiga vocalizar, mas também possibilitar a escuta dessas outras vozes que já estão falando por aí. A gente não está dando voz a ninguém. A gente está permitindo que elas possam falar em espaços que antes elas eram proibidas de entrar. Basicamente isso. Isso é muito importante. Pessoas como eu, por exemplo, ou outras tantas outras colegas que são negras, principalmente. E aí eu falo principalmente negras, porque tem uma questão aí que é importante que eu estou trabalhando na tese, inclusive. Ao povo indígena, foi dado o direito de discutir questões ambientais, porque eles eram considerados selvagens e da floresta. O meio ambiente selvagem não desenvolvido pôde ser pauta deles, mas a população negra, mesmo que quilombola, esse direito foi retirado. Esse direito não era... a gente não tinha uma autorização para se dizer ambientalista. Tanto é que o movimento negro não reivindicava essa ideia ambientalista. Então, acho que isso tem mudado com o conceito de racismo ambiental e por isso que eu o acho tão importante, porque permite que pessoas negras entendam que a questão ambiental é também sobre elas, mesmo elas morando na cidade ou em qualquer outro lugar, campo, floresta e água que ela more.

A gente falou bastante da academia, mas também dos movimentos sociais. Então, queria te ouvir sobre o ativismo jovem: como você está percebendo essa atuação das juventudes na pauta climática e antirracista hoje?

Deixa-me ver. Quem são as lideranças de justiça climática no Brasil? Ai, meu Deus...

Em linhas gerais, como você enxerga a atuação do ativismo jovem pela justiça climática no Brasil, considerando que esse debate muitas vezes chega a partir de referências internacionais — com forte presença de lideranças brancas, como a Greta Thunberg, e de ONGs transnacionais? Pensando em momentos como Glasgow, em que houve maior participação do movimento negro brasileiro, você percebe uma transformação em curso? Como essa presença tem crescido e se consolidado por aqui?

Nossa, olha, assim, eu acho que existem muitas lideranças, muitas, muitas... E eu sou uma mulher sudestina, então obviamente que eu tenho um pouco mais de acesso ao que é pautado dentro do sudeste brasileiro. Então, eu vou ter acesso a algumas outras pessoas que vão reivindicar essa questão ambiental e climática, que eu acho muito, muito interessante. Então, acho que assim, pensando na juventude, tem algumas pessoas que para mim são muito referências nesse debate e elas não são só isso, eu acho que isso é muito legal também. Então, quando eu penso, por exemplo, na Thuane²⁴, do *Perifa Connection*, ela é uma pessoa da juventude, que é uma grande referência para discutir território, para discutir questões raciais e para discutir adaptação climática e questões climáticas no Brasil. Sudestina. A própria Andréia Coutinho Louback²⁵, a mesma coisa, né? Carioca, o povo carioca é maravilhoso, eu amo assim, eu amo o Rio de Janeiro e os cariocas, adoro. A Andréia Coutinho, ela é uma grande referência para mim, porque ela vem desse olhar de pesquisadora, mas ela se tornou uma referência internacional de ativista e que funda um Centro Brasileiro de Justiça Climática²⁶. Então acho que isso também traz uma projeção para ela, para além do Sudeste. Tem muita gente e estão ocupando as redes sociais. Eu lembro das pessoas às vezes pela arroba do Instagram, por exemplo, aquela moça do perfil que se chama *Ecofada*, ela é de Natal. Ela fala muito da perspectiva alimentar.

E tem a Karina, que usa o codinome de Kata-Flor, que é companheira da Thuane-Thux, do *PerifaConnection*. Nossa, eu só lembro do nome pelo Instagram. A Karina é muito legal porque ela também traz essa perspectiva do norte, ela nordeste, que ela é maranhense, se eu não me engano, mas ela traz muito assim uma referência da Amazônia de Pé, que é um trabalho forte no Norte, então acho que isso é muito legal. A própria Amanda Costa, que é também aí de São Paulo, que eu acho que ela compra também esse discurso e está cada vez mais tendo mais repertório, tendo mais profundidade, mais embasamento, e é isso.

A justiça climática que essas mulheres negras trazem é uma justiça climática que pauta o enfrentamento ao racismo ambiental. Acho que esse é um ponto importante. Depois eu posso lembrar de outros nomes aqui para falar para você. E aí, tem um monte de coisa, juntando aqui com a sua pergunta sobre a predominância de pessoas brancas no Sudeste, entre as ativistas e liderança da justiça climática. Acho que sim, é uma questão, sempre. E aí, essa questão da justiça climática e da justiça ambiental, ela se intercala muito.

²⁴ Ver mais em: <https://www.instagram.com/thuxthuane/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

²⁵ Ver mais em: <https://www.instagram.com/andriacoutinho.l/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

²⁶ Sobre o CBJC <https://cbjc.com.br/pt/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

Acontece muito de as pessoas às vezes virem falar comigo assim: “Ah, mas eu queria aqui chamar tal pessoa para esse debate”. Eu sempre falo, mas por que você está chamando essa pessoa? Por que você não chama XYZYWK? Dou uma lista de pessoas negras e indígenas que são superpotentes assim na discussão. Uma pessoa que eu acho que discute muito bem a questão ambiental e climática, a Alice Pataxó²⁷, por exemplo, que é baiana. E ela faz um trabalho de comunicação assim sensacional.

O Victor de Jesus, que é um pesquisador, não é exatamente do clima, ele é sociólogo e sanitarista, que pesquisa mais sobre racismo ambiental, justiça ambiental, mas racismo ambiental mesmo e questões sanitárias. Ele é uma referência para mim porque está numa estrutura organizacional um pouco maior, ele e o Diosmar, por exemplo, que eles discutem racismo e os seus desdobramentos na questão ambiental. Então, a própria Marina Marçal²⁸, por exemplo, eu acho que ela é uma super referência.

Duas meninas do Instituto Palmares, a Kim e Vitória, que é uma menina trans, jovem. Então, assim, tirando o Diosmar, a Marina Marçal e o Victor, esse pessoal é toda juventude.

Ou seja, dá para ter esperança, né? Tem uma turma boa chegando com tudo.

Sim, e que entenderam a importância e o papel das redes sociais. Acho que essa é uma sacada e uma oportunidade que eles estão tendo que é superimportante!

A Amanda Costa e a Gabriela Alves também trabalham muito nessa perspectiva, né?

A Gabriela, super, a Gabriela²⁹ eu indico pra tudo também. Eu indico tudo, Gabriela, Mahayan, as meninas do “Perifa Sustentável”, tudo, eu indico bastante, adoro. Mas eu acho que é isso, o meu olhar ele é muito sudestino também, porque são as minhas referências, são as minhas partes, são pessoas que eu estou em contato, eu estou em diálogo, eu estou batendo esse papo. E eu acho que esse conceito de justiça climática, ele também é um conceito novo. Como é que a gente vai dizer que a Marina Silva é uma referência de justiça climática? Talvez, a

²⁷ Sobre a Alice Pataxó, ver mais em: @alice_pataxo.

²⁸ sobre Marina Marçal, ver mais em: @marinamarcal.

²⁹ Sobre a Gabriela Alves, ver mais em: @gotadoceano.

depender da nossa interpretação, a gente pode dizer que sim. Que ela é a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Mas ela não é exatamente dessa perspectiva de juventude que estávamos falando, mas Marina Silva, para mim, se eu for falar de questão ambiental e questão agora, ainda mais questão climática no Brasil, Marina Silva é uma importante referência que tem cada vez mais colocado um comprometimento muito ético contra a degradação ambiental, o racismo ambiental e o enfrentamento às mudanças climáticas, esses eventos climáticos extremos.

Até pensar na justiça climática, ela é um conceito. Pensar nas lideranças de justiça climática no Brasil é um recorte pequeno, porque tem assim... a gente precisa associar a pessoa ao que ela mesma se vocaliza. Eu ia falar que eu mesma não me coloco muito como ambientalista, né? Às vezes como ambientalista antirracista.

Então, a gente pode cair naquele risco que você comentou: achar que dá para falar de meio ambiente sem falar de desigualdade e de racismo. Ou seja, falar de justiça climática sem falar de racismo ambiental. Esse apagamento também é um risco que a gente observa, né?

É exatamente. E aí a gente tem grandes pessoas no Brasil pautando a defesa da vida, do bem viver, do antirracismo, que são muito importantes, que não se encaixam nessa ideia de justiça climática necessariamente. Ailton Krenak, Davi Kopenawa Yanomami, Nego Bispo, Carolina Maria de Jesus, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, o próprio Milton Santos, são pessoas que estão ali trazendo a importância de olhar essa desigualdade. Hélio Santos, por exemplo, foi uma coisa que ele me falou, ele é um dos entrevistados do meu doutorado, que o que se usava era muito a precarização da vida. A desigualdade territorial, essas eram as nomenclaturas. Ou seja, falar que a casa do negro alaga quando chove, isso é uma coisa que já é falada na periferia há muito tempo, por muita gente. Mas antigamente os mais velhos, quando falavam disso, não eram considerados ambientalistas. E quando falavam de ensinamento, eu acho que esse é um ponto importante da minha tese que, pautar que o negro, quando ele fala de saneamento, de alagamento, ele está falando de questões sociais e no máximo de racismo, ele não está falando de questão ambiental.

Mas eu acho que tem um distanciamento mesmo da agenda por conta de ser um espaço também hostil. Então, um lugar que ainda é, na verdade, mas em que leis ambientais eram

racistas e ainda são, de forma geral, muitas vezes. Então, como se consideravam ambientalistas, sendo que a produção ambientalista no Brasil é racista e violenta a esses corpos? Até pouco tempo a gente tinha gente contra a demarcação de quilombos. O próprio projeto, por exemplo, na Niede Guidon - na Serra da Capivara - ela chegou querendo preservar as esculturas rupestres e a ideia de preservação expulsou todos os quilombolas da região. Demorou anos, tanto é que o Nego Bispo tinha fortes críticas a Daniet Guidon. Pois familiares e amigos foram expulsos daquela região. Demorou anos para eles conseguirem entrar na perspectiva de comunidade extrativista, por exemplo, e pautar que aquele lugar só estava como estava quando Niede Guidon chegou, porque as pessoas estavam ali cuidando. Mesmo sem saber o grande valor histórico e científico daquilo, as pessoas já viviam numa relação de equilíbrio com aquele lugar.

São muitas coisas, mas eu colocaria a Marina Silva nesse meu top 1 de justiça climática, porque é ela que quando chegou era “tudo mato”, entendeu? Era ela e o Chico Mendes que estavam aí discutindo e ela também é uma pessoa que não parou no tempo, ela se reinventa a todo momento para falar do que precisa ser falado, mas também o que o povo entende. Não sei como essa mulher ainda não é presidenta do Brasil, gente.

Ana, caminhando para o final: você poderia indicar três leituras para quem quer se aprofundar em racismo ambiental e justiça climática — ou mesmo obras que te inspiram e abrem caminhos? E, para encerrar, uma mensagem final sobre desafios e utopias necessárias: como se manter motivada e encontrar tempo para a militância e para o cuidado de si nesse contexto tão duro, nessa sociedade do cansaço?

Tá, olha só, três é difícil, viu? Mas assim, eu acho que o melhor jeito da gente aprender sobre racismo ambiental é entender a sociedade. E às vezes nem precisa ser nomeado como racismo ambiental. Então, a gente pode ler “A terra dá, a terra quer” do Nego Bispo, por exemplo, que ele não vai falar racismo ambiental, mas a gente vai entender e vai complexificar o debate. Para entender o racismo ambiental, eu recomendo que as pessoas entendam a sociedade e aí nas mais múltiplas formas de arte e aí entendendo a literatura e a ciência como uma forma artística também de produção do conhecimento.

Recomendo que as pessoas possam ler Nego Bispo também, né? E aí estou citando a terra dá, a terra quer, mas ele tem também livros sobre quilombos, que são superimportantes. E aí, assim, acho que as pessoas também podem ler... Ai, gente, que difícil recomendar só três.

Aí eu ia falar que tem o Malcom Ferdinand, tem o Aimé Césaire e tem o Franz Fanon... os três são martinicanos.

Então assim, leiam Martinicanos também, porque a gente tem muito a ver com Caribe, América Latina e Caribe. Então eu deixaria assim, para que a gente leia Martinicanos como um todo, porque ler, por exemplo, a questão da colonialidade que o Aimé Césaire pauta para a gente é muito importante para a gente entender a estrutura. Entendendo a estrutura, a gente entende como que o racismo se manifesta nas questões ambientais.

E aí, por último, pensando no contexto brasileiro, intelectual, que está discutindo...dando esses exemplos assim, que às vezes as pessoas precisam cavar para achar, que às vezes não está tão na internet, às vezes não está tão nas páginas. Porque, por exemplo, o livro que o Peregrum produziu sobre racismo ambiental e das climáticas, eu acho superlegal, eu acho que é uma super referência. O caderno lá da Universidade Federal do ABC, que a gente fez sobre racismo ambiental, são super leituras muito boas, que são temáticas específicas de racismo ambiental. Acho que isso é muito bom. Mas eu diria que as pessoas também precisam conhecer os nossos *Griôs*³⁰, os nossos mais velhos. Então vai ler Lélia Gonzalez, vai ler Abdias Nascimento. O Abdias eu nem sei, talvez quilombismo, a Lélia, o lugar do negro. E eu ia citar mais um, mas eu acho que Lélia e Abdias já ajuda. Eu não consigo indicar só três, é muito difícil.

E, para encerrar, que mensagem você deixa sobre os desafios e as utopias que nos ajudam a seguir em frente nesses tempos tão duros?

É, eu concordo muito que o Krenak. O Krenak tem uma frase que ele fala, a gente não pode se entregar a essa narrativa do fim do mundo. Que essa narrativa do fim do mundo é, ela faz com que a gente perca a esperança e principalmente a gente que quer de alguma forma mudar algo, então.

Eu acho que a gente, para... você fala aqui, como que a gente se motiva em tempos sombrios, é descansando. Não tem forma melhor para a gente se reenergizar sem descansar,

³⁰ Griôs (do francês griot) são guardiões e guardiãs da memória, narradores, poetisas, músicos e educadores tradicionais de comunidades africanas e afro-diaspóricas. Por meio da oralidade, transmitem histórias, saberes ancestrais, cosmologias e valores coletivos, preservando identidades e fortalecendo vínculos comunitários. No Brasil, o termo passou a designar também mestres e mestras de culturas populares e tradicionais, reconhecendo a oralidade como forma legítima de produção e circulação de conhecimento.

sem preservar a nossa saúde mental e física. Então, descanso é importante dentro das nossas possibilidades. Não tem como lutar se você não sabe descansar e se você não sabe celebrar.

Numa geração que a gente está aí de tanta estafa, tanto *burnout*, eu acho que o grande aprendizado dos últimos tempos que eu tenho é aprender a descansar sem tanta culpa, a celebrar um feriado, um Carnaval, a descansar e criar o nosso pequeno mundo de paz assim dentro das nossas possibilidades, porque a gente não vive em paz. Porque os desafios são muito grandes.

Se a gente não tem um corpo descansado, é minimamente feliz, minimamente fortalecido. A gente não vai conseguir enfrentar os desafios que a gente tem por aí, que são nacionais, mas também são globais. São locais, nacionais e globais. A gente está vivendo aí uma onda da extrema direita crescente, então acho que a minha mensagem final é lembrando também o Nego Bispo, que nessa aula da USP, ele fala que trabalho é um castigo. E a gente foi colonizado a ponto de achar que só o trabalho vai dignificar. E a gente vive agora numa sociedade cansada.

A gente pode fazer muitas coisas, mas a gente também pode vadiar. Vagabundar. E é um conceito, inclusive, que é utilizado contra nós. A gente tem uma lei contra a vadiagem que penalizava quem: os negros que jogavam capoeira que estavam ali nas rodas dançando, gingando... e a gente tem aí o jongo entre tantas outras danças em modos circulares, então. Eu acho que a gente tem que aprender a descansar, a vadiar, a relaxar um pouco, porque sem descanso não há luta. Tem até uma frase dessa naquela igreja ali na Liberdade que fala sobre isso, né? Só consegue lutar, quem sabe celebrar. Então, eu adicionaria descansar. A gente vai descansar, a gente não pode perder também as nossas juventudes, os nossos bons momentos, com família, assim, com amigos, com pequenos mundos que a gente tem, eu acho que é muito fácil a gente cair na armadilha da rede social, da fama, da pseudofama, de algumas projeções, alguns *likes*.

Ao mesmo tempo que essa Juventude está indo muito bem na comunicação, ela precisa também lembrar que uma rede, um sítio, um descanso também são importantes. Acho que é básico, são questões mais simples, não tem, não tem nenhuma sugestão, nenhuma dica assim que seja, mas é isso, vai ler poema, entendeu? Vai cantar, vai perder, isso é simples. Eu acho que eu demorei anos em terapia para poder retomar o Nego Bispo, ele fala: é preciso aprender a voltar para casa. Então assim, voltar para dentro de nós mesmos, entender que essa ideia de grandes coisas, de muitas coisas, pois grandes sucessos, um único herói, o exemplo, a liderança é uma ideia colonial. Então o nosso, a nossa ideia tem que ser contracolonizar. de fato, contracolonizar é resistir a essa pressão em ser famoso, em ser o melhor, em ser a grande

referência, né? Então acho que a gente pode aí ser mais coletivo, mais descansado e talvez um pouquinho mais feliz.

REFERÊNCIAS

BULLARD, Robert D. **Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality**. 3. ed. Boulder: Westview Press, 2000.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **O lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2008.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2005.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSÁRIO, Antônio Bispo do. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília, DF: INCT/UEPB, 2019.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP, 2015.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Não tem.
 - ☐ **Financiamento:** Não houve financiamento.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - ☐ **Aprovação ética:** Não foi necessário.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Nada a declarar.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Pedro Henrique Campello Torres, Gabriel Pires de Araújo e Isabela Carmo Cavaco, elaboraram e participaram da entrevista com a Ana Sanches.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

